

POLÍTICAS CULTURAIS E SOCIEDADES FILARMÔNICAS DA BAHIA: REFLEXÕES A PARTIR DAS POLÍTICAS PARA AS SOCIEDADES MUSICAIS VALENCIANAS (ESPANHA)

Taiane Fernandes¹

Resumo: Este artigo é fruto da minha tese de doutorado defendida em 2019 pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), após estágio sanduíche realizado na Universidade de Valência, em Valência, na Espanha, parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do governo federal. A abordagem aqui apresentada assume um caráter sintético e se concentra na perspectiva histórico-analítica das políticas culturais para as sociedades filarmônicas baianas e para sociedades musicais valencianas, apresentando pontos de inflexão entre essas duas realidades. O principal objetivo deste artigo é propor reflexões acerca da importância da intervenção de diferentes atores na construção de uma política cultural que possibilite às sociedades filarmônicas baianas transporem o prolongado ocaso em que se encontram nos dias de hoje.

Palavras-chave: sociedades filarmônicas, sociedades musicais, política cultural, Bahia, Valencia, Espanha.

Um ambiente coletivo, nascido no seio da comunidade. Uma entidade cultural centenária, sem fins lucrativos e com objetivos claros: promover o acesso, a difusão, a fruição e a formação musical. Parte importante da nossa identidade cultural, da nossa memória musical e da nossa capacidade criativa. Presente em mais de 150 municípios e em todos os 27 Territórios de Identidade da Bahia.

As sociedades filarmônicas baianas são espaços de exercício da cidadania cultural, nos quais é possível vivenciar pelo menos três formas de expressão dos direitos culturais como os define Marilena Chauí (2006): o direito de produzir cultura; o direito à experimentação e à invenção; e o direito à formação cultural e artística. Os direitos culturais no Brasil estão previstos no artigo 215 da Constituição em vigor (1988), mas entre a garantia em lei e a realidade, as discrepâncias são abismais. Em se tratando das sociedades filarmônicas, a “criação de sujeitos culturais” (CHAUÍ, 2006) é um exercício diário, ainda que majoritariamente restrito ao gênero masculino.

¹ Pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA. E-mail: taianefernandes@gmail.com

As deficiências das sociedades filarmônicas são muitas, mas os valores e potencialidades acumulados também. A necessidade de mudança e adaptação dessas entidades são prementes e estão postas em seus próprios horizontes. As questões que pretendemos levantar neste artigo são: quem fará essa reinvenção? Compete somente às sociedades filarmônicas? Às autoridades públicas cabe o apoio financeiro? Quem decide? E quais são as estratégias? Que papel joga a comunidade nesse processo?

Sem pretensão de construção de uma resposta definitiva, mas antes com o objetivo de mobilizar um olhar reflexivo sobre a condição atual dessas entidades e os caminhos possíveis de mudança, nos propomos a enveredar, neste artigo, sobre a política cultural para as sociedades filarmônicas baianas. Faremos um conciso percurso histórico e analítico sobre essas políticas na Bahia e em Valência na Espanha. Esse “estado” valenciano servirá de referência comparativa, a fim de projetar nossa visão para além das possibilidades postas, sedimentadas e aceitas no nosso contexto. Em seguida, propomos três pontos de inflexão que transformaram a condição de decadência das sociedades musicais valencianas e que poderiam orientar o processo de transição vivido por nossas sociedades filarmônicas.

1 A política cultural para as sociedades filarmônicas baianas

A história das políticas culturais para as sociedades filarmônicas no Brasil começa na década de 1970, com a criação da Fundação Nacional das Artes (Funarte). Com ela, nasce, já em 1976, o Projeto Bandas de Música, com o objetivo de apoiar uma tradição brasileira que corria o risco de extinção. Se tratava de uma iniciativa que atravessaria gestões, mudanças partidárias, desinstitucionalização da cultura, mas perduraria até o presente, ainda que com pausas e retomadas.

Com a Funarte, iniciava a política assistencialista que persegue a relação entre sociedades filarmônicas e estado até os dias de hoje. A fundação federal segue distribuindo instrumentos como ponto principal da sua ação, a partir da realização de um cadastro de bandas, que não se restringe às filarmônicas ou sociedades musicais, mas a toda e qualquer banda civil. De 1978 a 2013, 155 bandas baianas receberam instrumentos da Funarte. “O número máximo de vezes que uma banda recebeu instrumentos foram três anos e apenas 10 das 155 bandas de música beneficiadas

receberam instrumentos por três anos”. (FERNANDES, 2019, p. 126) O último edital lançado em 2020 contemplou 26 bandas na Bahia e o maior número de instrumentos distribuídos por banda foram quatro.

Em seus mais de 40 anos, o projeto – algumas vezes convertido em programa – Bandas de Música também investiu em formações e publicações, ainda que de maneira esporádica. Os cursos oferecidos circulam os estados brasileiros, tendo contemplado a Bahia em duas ocasiões no período de 1993 a 2018. As ações formativas se concentram em reciclagem musical para músicos e maestros e reparo de instrumentos. As publicações, por sua vez, também são orientadas à prática musical.

A Funarte esboçou uma ampliação da sua política cultural para as bandas de música em 2010 com o anúncio da criação de um Sistema Nacional de Bandas a partir de 2011 em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em reunião do Colegiado Setorial de Música. (BENEDITO, 2011) Promessa que não foi concretizada e tampouco ganhou outras formas e caminhos. A gestão ou a sustentabilidade financeira das bandas em nenhum momento viriam a ser tematizadas pelo Bandas de Música da Funarte.

Voltando o olhar para a política cultural baiana, a Casa das Filarmônicas representa a primeira política continuada do governo do estado para as sociedades filarmônicas. Fundada em 1999, a Casa das Filarmônicas foi uma Organização Não Governamental (ONG) que representava tanto o estado quanto as próprias filarmônicas, ainda que elas não tivessem sido consultadas. As atividades da Casa envolviam um banco de partituras, oficina de reparos, escola de música, oficinas e eventos formativos para alunos, músicos, professores e maestros, além da entrega de fardamentos, recuperação de sedes e apoio a eventos e situações emergenciais das filarmônicas. (FERNANDES, 2019)

A ONG era mantida por um convênio assinado com a Secretaria da Cultura e Turismo do governo do estado da Bahia, que fazia repasses mensais de recursos públicos e delegava à Casa das Filarmônicas a função de formular e executar a política cultural do estado para as filarmônicas baianas. Nos anos em que esteve ativa, a Casa também foi responsável por intermediar a relação entre o projeto Bandas de Música da

Funarte e as bandas baianas e o apoio concedido por entidades privadas com a empresa de telefonia TIM e o grupo alimentício Bompreço.

O Quadro 1, tomado de empréstimo da minha tese, resume o alcance da Casa das Filarmônicas em seis dos seus oito anos de funcionamento.

Quadro 1 - Balanço das ações da Casa das Filarmônicas no período 1999-2004

Atividades/beneficiários/ quantidade
Partituras disponibilizadas: 134 filarmônicas, 240 títulos cada
Doação de instrumentos • SCT: 637 instrumentos a 44 filarmônicas • MinC: 1.152 instrumentos a 64 filarmônicas • TIM: 49 instrumentos a 7 filarmônicas
Recuperação de instrumentos: 84 filarmônicas, 1.358 instrumentos
Doação de fardamento: 14 filarmônicas, 14 kits, total de 508 peças
Doação de estantes para partituras: 11 filarmônicas, 320 estantes
Escolas de música: 133 filarmônicas - Alunos: 270 até 18 anos; 8.934 de 19 até 30 anos - Instrutores: 198 pessoas
Capacitação técnica: 30 filarmônicas, 76 pessoas treinadas
Selo editorial: um livro (Teoria e leitura da música para filarmônicas, de Fred Dantas)
Selo musical: apoio financeiro a 5 filarmônicas, 5 CDs Produção de CD de uma filarmônica
Intervenção física em sedes: 8 filarmônicas, 8 imóveis
Realização de encontros: 4 filarmônicas, 4 eventos apoiados
Eventos cívico-festivos: 69 filarmônicas, 211 eventos

Fonte: Fernandes (2019, p. 135).

Mais uma vez se reafirmava uma política assistencialista definida sem a participação direta dos principais interessados, as sociedades filarmônicas da Bahia. A Casa das Filarmônicas foi fechada em dezembro de 2006 sob acusações de corrupção, já que os assessores do secretário da cultura e turismo eram fundadores da ONG, da qual ele próprio chegou a ser sócio. Para as filarmônicas baianas, a Casa das Filarmônicas deixou lembranças positivas, apesar do seu *modus operandi*, especialmente quando comparada com a ausência que caracterizou a política cultural subsequente.

Foram quase quatro anos até que o estado voltasse a dar atenção às filarmônicas. Depois da realização de um cadastro dessas entidades pelo Núcleo de Filarmônicas da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb), em 2010, foi lançado o Programa de Fomento às Filarmônicas do estado da Bahia, que distribuiu naquele primeiro ano cerca de R\$30 mil para cada uma das 89 entidades habilitadas. O recurso era destinado para a aquisição de instrumentos, fardamento e equipamentos de informática. Com a mudança

de gestão, o programa sofreu uma estagnação até 2013, quando a Funceb conseguiu R\$1,5 milhão da Caixa Econômica Federal para atender a 30 outras filarmônicas, recurso executado até 2016.

Com o Programa de Apoio às Filarmônicas – rebatizado a partir de 2011 – se repetia o padrão até então vigente da política cultural para as sociedades filarmônicas baianas. Em ações pontuais, a Funceb ensaiou ampliar o alcance de sua política com a realização do curso de Gestão Cultural em 2010 e do curso de Qualificação para Gestão, Empreendedorismo e Elaboração de Projetos em 2014. Um portal na internet que deveria reunir os perfis das filarmônicas identificadas em 2009 não chegou a ser publicado.

Entre 2017 e 2019, o apoio do governo do estado às filarmônicas baianas se resumiu ao financiamento de projetos com recursos do Fundo de Cultura que competiram em diferentes áreas/linguagens. Em 2020, foi lançada uma categoria específica e restrita às filarmônicas no edital setorial de Música, contemplando 48 filarmônicas com um valor bruto de R\$50 mil cada uma. A política cultural para as sociedades filarmônicas baianas está marcada pelas características já apontadas por Rubim (2007) para as políticas culturais brasileiras: ausência, autoritarismo e instabilidade. Tais políticas, quando existem, são pontuais e orientadas pela lógica da “ajuda” ou “doação”, o que perpetua um funcionamento em condições limites, de subaproveitamento do seu potencial e de risco permanente de extinção.

2 A política cultural para as sociedades musicais valencianas

Após um resumido percurso pelas políticas culturais para as sociedades filarmônicas baianas, neste momento, proponho empreender o mesmo caminho pelas políticas culturais destinadas às sociedades musicais valencianas. O objetivo dessa abordagem, que pode parecer estranha a olhos incautos, é exemplificar possibilidades e caminhos que diferem daquele traçado na Bahia, mas que, todavia, podem também ser mobilizadores de reflexões e novas estratégias, conforme será discutido no tópico seguinte deste texto.

Durante a realização do meu estágio doutoral² em Valência, Espanha, em um período de 12 meses (2017/2018), tive a oportunidade de vivenciar e investigar sobre as sociedades musicais valencianas, que, somadas, representam mais de 50% dessas sociedades existentes no país. Valência é conhecida como “a terra das bandas” e é sintomático que a maioria dos músicos de sopro dos corpos musicais espanhóis sejam valencianos(as). Em 2018, a Comunidade Valenciana – o que corresponderia a um estado no Brasil – reunia 550 sociedades musicais presentes em 95% dos seus 542 municípios.

Em sua origem, as sociedades musicais valencianas guardam muitas similitudes com as sociedades filarmônicas baianas: influência da origem militar, protagonismo em festas e comemorações locais, centro de integração comunitária, oferta de formação musical gratuita para a constituição e renovação da banda, disputas e relações políticas. (FERNANDES, 2019, p. 111)

Dispensadas as diferenças geográficas ou as dimensões estruturais de suas sedes, as filarmônicas baianas e as sociedades musicais valencianas compartilham um funcionamento idêntico em seu formato tradicional. A distinção vai ocorrer com o desvio e reinvenção das sociedades musicais valencianas a partir da década de 1990. De centros de ócio, lazer e socialização em torno da banda de música, as sociedades valencianas transitaram para um perfil de escolas de música.

O estágio de decadência e descompasso com os novos tempos já estava posto no contexto das sociedades musicais valencianas desde a década de 1960. E da necessidade de revitalização nasceu em 1968 a Federação das Sociedades Musicais da Comunidade Valenciana (FSMCV), inicialmente com apenas 22 entidades associadas. Em âmbito nacional as ajudas chegaram às sociedades musicais a partir do ano de 1974, através do Ministério da Informação e Turismo e depois pelo Ministério da Cultura, o que se assemelha com a política desenvolvida pelo Projeto Bandas de Música da Funarte, iniciado em 1978, como mencionado anteriormente.

Diferente do Brasil, a Espanha não adota um sistema federativo e as comunidades autônomas têm competências específicas. A partir de 1983, a cultura passava à competência das autonomias. Mas foi necessária uma década para que a atenção do poder público autonômico fosse direcionada às sociedades musicais

² Parcialmente (6 meses de 12 meses) financiando pela Capes do governo federal.

valencianas. A celebração dos 500 anos do descobrimento da América seria a oportunidade de ouro.

No ano de 1992 houve uma campanha importantíssima de governo, porque aparece a Olimpíadas de 1992 em Barcelona, a Expo-mundial em Sevilha e Valencia reclama a Madri, ao governo central, algo para Valencia. Então, houve uma campanha, o Música 92, em que se contou com quase 5 bilhões de pesetas. Era uma campanha que levava a criar auditórios e dotar de instrumental a todas essas entidades... então ao se criar esses espaços, se melhorou muito as escolas de música, ao se presentear um piano a cada sociedade musical se favorecia o ensino do solfejo... (RODRIGUEZ, 2018 apud FERNANDES, 2019, p. 191)

O Música 92 foi um programa do governo autonômico, em parceria com o governo central espanhol, que atendeu a diferentes corpos musicais e de dança da Comunidade Valenciana. Durante cinco anos, além de outras importantes ações, realizou intervenções infraestruturais em 120 sociedades musicais, doou 431 pianos para as escolas de música destas entidades, adquiriu outros instrumentos através da FSMCV para a distribuição entre elas, financiou 400 apresentações de bandas e ainda patrocinou a realização do I Congresso Geral das Sociedades Musicais valencianas. Em alguma medida, o Música 92 se assemelha às ações empreendidas pela Casa das Filarmônicas.

As sociedades musicais valencianas saíram vitoriosas do Música 92, não apenas pelas “ajudas” recebidas, mas, principalmente, pelo lugar de destaque que ganharam na agenda pública. Em 1998, depois de 22 anos, a FSMCV conseguiu a aprovação da Lei Valenciana da Música, que, entre outros logros, formalizava o reconhecimento e apoio às sociedades musicais. A lei protegia o ensino não regulamentado oferecido por essas entidades, criava um Programa Autonômico de Financiamento dos Ensinos Musicais não Regulamentados, estabelecia o compromisso de todos os poderes públicos locais – a própria comunidade autônoma, os governos provinciais e as prefeituras – na concessão de auxílios às sociedades musicais e suas escolas e reconhecia a FSMCV como entidade consultiva sobre o tema da música.

Desde então, as sociedades musicais valencianas contavam com um compromisso legal do estado valenciano. Recorrendo outra vez a minha tese, o gráfico a seguir demonstra como os investimentos da *Generalitat Valenciana* – correspondente ao governo do estado – foram progredindo no decorrer dos últimos anos.

Gráfico 1 - Subvenções da *Generalitat Valenciana* para sociedades musicais 2005-2018 (em euros)



Fonte: Fernandes (2019, p. 203).

As subvenções são fruto de negociação ano a ano realizada pela federação e o repasse não ocorre diretamente. As sociedades musicais valencianas participam de convocatórias ou editais, alguns exclusivos para elas e outros abertos à participação de qualquer centro de ensino de música ou dança sem fins lucrativos. A FSMCV compõe a maioria das comissões julgadoras.

Os poderes públicos provinciais – o que corresponderia a um governo dos Territórios de Identidade da Bahia –, por exemplo, também são atuantes no fomento e apoio às sociedades musicais valencianas, com especial destaque para a província de Valência, onde está a maior concentração dessas entidades. Desde 1980, a *Diputación de Valencia* mantém um programa que concede apoio na realização de apresentações da banda às escolas de música das sociedades e à aquisição de partituras. Também abre convocatórias para apoio à aquisição de instrumentos musicais e realiza um concurso de Bandas de Música de periodicidade anual, no qual só podem competir as bandas da província que estejam associadas à FSMCV.

Ainda que a limitação de espaço de um artigo não nos permita ampliar esta abordagem, mesmo com esse reduzido percurso, é possível concluir que a configuração atual das políticas culturais alcançada pelas sociedades musicais valencianas é fruto de uma confluência de fatores. E a vocação para o ensino da música demonstra ser um quesito-chave, quando se trata de negociação com o poder público.

3 Pontos de inflexão

A confrontação das políticas culturais baianas e valencianas não deve ser entendida como uma tentativa de mimetismo. Seria ao menos ilusório, da minha parte, propor qualquer nível de reprodução das políticas valencianas na Bahia. Por outro lado, é possível afirmar que, apesar de corresponderem a realidades tão distintas, as sociedades filarmônicas baianas e as sociedades musicais valencianas compartilham muitos pontos em comum.

O perfil histórico, organizacional, funcional e social das entidades espanholas e brasileiras é o mesmo. E, assim como vivido pelas sociedades filarmônicas baianas nos dias atuais, as sociedades musicais de Valência passaram por um processo de readaptação para atender às dinâmicas contemporâneas. Para isso, confluíram três principais atores capazes de gerar em Valência o que denominei como um “ciclo virtuoso” (FERNANDES, 2019): o poder público, a comunidade e as próprias sociedades musicais.

Essas três peças-chave fizeram a engrenagem mover-se diante da estagnação imposta pelo tempo e foram responsáveis por três principais pontos de inflexão na história das sociedades musicais valencianas: a conversão de uma vocação societal em uma vocação majoritariamente formativa, o associativismo e o respaldo financeiro e reconhecimento do estado.

3.1 Sociedades musicais como escolas de música

De entidades sustentadas por sócios que desfrutavam das apresentações da banda, das atividades sociais e de lazer nesses verdadeiros equipamentos culturais, as sociedades musicais valencianas passaram a desempenhar majoritariamente o papel de escolas de música de nível elementar. A banda continua sendo o coração dessas entidades, mas sua sustentabilidade e motor são as escolas de música para crianças de 6 a 12 anos (em sua maioria). As escolas atuam como elo de reconhecimento e validação tanto pela comunidade quanto pelo poder público.

Na Comunidade Valenciana, o ensino da música faz parte do currículo obrigatório do ensino fundamental. E, mesmo assim, frequentar uma sociedade musical

é a principal atividade extraclasse exercida por meninos e meninas em idade escolar. Para os valencianos, as sociedades musicais são parte da rotina e do estímulo ao crescimento infantil. Elas são vistas como espaços de lazer associado ao aprendizado e desenvolvimento cognitivo, motor e social das crianças.

As escolas de música são pagas, um valor simbólico mensal é cobrado por aluno,³ além da obrigatoriedade de que pelo menos um dos membros da família do estudante seja sócio da sociedade musical, contribuindo com uma cota.⁴ Os instrumentos podem ser alugados ou emprestados. O aluguel cobrado também corresponde a um valor módico, em muitos casos justificado muito mais pela necessidade de gerar responsabilidade e cuidado pelo usuário do que propriamente pelo retorno financeiro.⁵

A partir da década de 1990, as escolas das sociedades musicais valencianas foram reconhecidas pelo governo espanhol e, posteriormente, autonômico como escolas de música. Em 2013, as escolas foram regulamentadas, o que representou um dos principais passos na renovação do funcionamento dessas entidades. Três principais impactos positivos foram produzidos: a ampliação do corpo discente, a geração de emprego e renda e a garantia de recursos públicos direcionados pela pasta da Educação.

As sociedades musicais valencianas funcionam a base de voluntários e empregados formais. As escolas concentram a maior parte da mão de obra contratada, entre professores e administrativos. Os maestros ou regentes dos corpos musicais podem ser contratados ou voluntários. A junta diretiva é formada somente por voluntários, reunindo pais de alunos e músicos. (FERNANDES, 2019, p. 90)

Em Valência, o ensino da música passa por três níveis: elementar (quatro anos), profissionalizante (mais seis anos) e superior (mais quatro anos). Os dois primeiros níveis são oferecidos tanto pelas sociedades musicais quanto pelos Conservatórios de Música. O último nível é restrito aos conservatórios.⁶ Para ser professor de música em uma sociedade musical, é necessário cumprir o nível profissionalizante.

³ O valor varia com o curso – iniciação musical ou instrumento, por exemplo – e o instrumento escolhido.

⁴ Das quatro sociedades musicais visitadas em Valência, o valor da cota de sócio oscilava entre 7 e 20 euros/mês.

⁵ O valor do aluguel de instrumento praticado em 2019 pelas sociedades musicais valencianas era de 1 euro por mês. (FERNANDES, 2019)

⁶ As universidades não oferecem cursos de nível superior em Música.

As escolas das sociedades musicais cobrem diretamente cerca de 40% dos gastos da entidade. Outros 10% são de subvenção do estado às escolas e mais 7% das cotas dos sócios que entram, em sua maioria, através das escolas. Em resumo, as escolinhas de música das sociedades musicais valencianas respondem por quase 60% da receita gerada. Por outro lado, são elas mesmas, as escolas, as geradoras das maiores despesas das sociedades musicais: o pagamento de pessoal. (FERNANDES, 2019)

3.2 Uma federação representativa e atuante

A FSMCV foi fundada em 1968, ainda durante o período ditatorial espanhol. Das 22 iniciais, atualmente, congrega mais de 550 sociedades musicais. É sintomático que, desde a sua criação, o número dessas entidades só fez crescer, mesmo nos anos de crise econômica que perseguiu a Espanha entre 2009 e 2014 (ECONCULT, 2018). Há mais de 50 anos, a FSMCV atua ininterruptamente na representação institucional, gestão coletiva de interesses e assessoramento das sociedades musicais valencianas.

A federação valenciana sobrevive de uma cota mensal paga pelas sociedades musicais e da subvenção do estado. Para que as sociedades musicais recebam a maioria dos recursos públicos, é obrigatório estar federada. Com uma sede própria e oito funcionários contratados, oferece serviços de assessoria jurídica, fiscal, econômica, laboral, educativa, educacional, turística, comunicacional etc., além de realizar cursos e outras atividades formativas para professores e dirigentes das sociedades musicais. Em 2018, a federação implantava um sistema de gestão remota para facilitar a solicitação de subvenção e a prestação de contas pelas sociedades musicais. A FSMCV é quem se senta à mesa de negociação com os poderes públicos e a iniciativa privada, gere a distribuição dos recursos, propõe a criação de novos incentivos e defende a participação das sociedades musicais nos grandes eventos e atos públicos de Valência.

A manutenção financeira da FSMCV baseia-se em três principais fontes de recursos: a cota dos sócios, que cobre 20 a 25% dos gastos; serviços prestados, em torno de 15 a 20%; e a subvenção da *Generalitat Valenciana*, que responde por 60 a 70%. O orçamento anual da federação é de dois milhões de euros. A cota mensal paga pelas sociedades musicais é de 400 EUR, em contrapartida, ademais de todos os serviços oferecidos pela federação, elas recebem 23 mil euros anuais somente da subvenção da *Generalitat Valenciana*. (FERNANDES, 2019, p. 110)

Sem o respaldo financeiro do estado valenciano, a federação não sobreviveria. E, certamente, sem uma federação agregadora e atuante, as sociedades musicais valencianas não teriam transitado para a sua condição atual, que, longe de ser ideal, as mantém em pleno funcionamento. Grandes avanços foram alcançados, mas outros tantos ainda estão por serem logrados.

A gestão cultural é um dos temas áridos nesse campo. Assim como as escolas de música das sociedades musicais se encaminharam para a profissionalização em nível de professores, coordenação pedagógica e direção, a administração da sociedade como um todo segue sendo conduzida por um corpo diretivo de voluntários. Não há uma pretensão de transpor a direção das sociedades musicais valencianas às mãos de profissionais contratados. Mas a necessidade de promover uma gestão mais eficiente nessas entidades levou a FSMCV a iniciar uma campanha de inclusão de gestores culturais, com papel executivo e submetidos ao corpo diretivo, nas sociedades musicais valencianas.

Duas iniciativas foram empreendidas: a primeira contratou e pagou o salário de gestores culturais para atuarem dentro das sociedades; a segunda contratou gestores culturais para trabalharem desde a federação e assessorarem as sociedades musicais. No primeiro caso, somente enquanto durou a subvenção para o pagamento do salário dos gestores culturais, eles foram mantidos nas sociedades musicais. No segundo, a FSMCV ainda buscava recursos para ampliar o quadro de gestores culturais contratados para dar conta de um número tão grande de entidades.

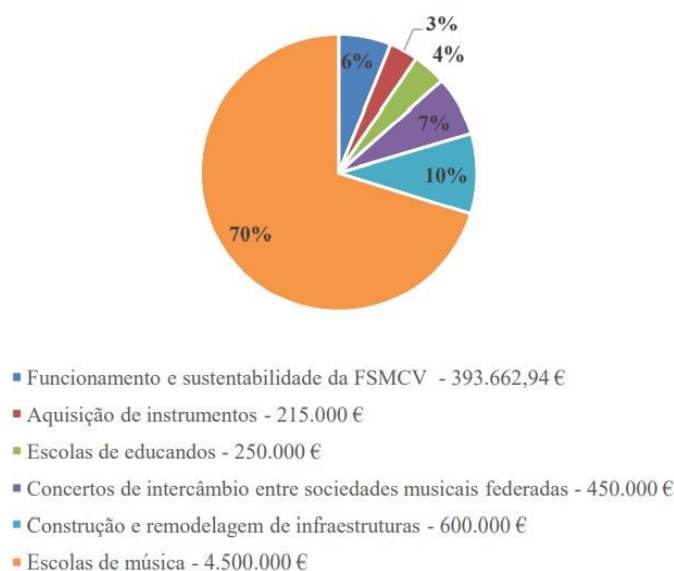
Se em Valência foi necessário meio século para a consolidação de uma federação, na Bahia, não poderia ser diferente. Algumas tentativas de construção de coletivos das sociedades filarmônicas baianas foram iniciadas – a exemplo da Federação das Bandas Filarmônicas da Bahia (Febaf) e da Filarmônicas Unidas da Bahia (FUB) –, mas não lograram alcançar, ainda, um patamar representativo e organizacional. Na Bahia, como em Valência, o apoio financeiro do estado se apresenta como fundamental para a criação de uma entidade capaz de reunir as filarmônicas em atividade e atuar na defesa dos interesses comuns entre elas.

3.3 Respaldo financeiro e reconhecimento dos poderes públicos

A subvenção das sociedades musicais valencianas pelo poder público é uma conquista recente. Foram muitos anos de negociação e articulação política, de sedimentação de vínculos com a comunidade e de fortalecimento de uma imagem pública para a garantia de uma regularidade do apoio financeiro ao menos em nível estadual (comunidades autônomas). De 2005 a 2018, a subvenção foi contínua e tendeu a crescer ano a ano, com exceção do ano de 2010, quando sofreu uma perda de cerca de 20%, dada a crise econômica vivida na Espanha.

No gráfico a seguir, retirado da minha tese (2019, p. 204), é possível constatar que as escolas de música das sociedades musicais valencianas representam a principal justificativa para a obtenção dos recursos públicos por essas entidades:

Gráfico 2 - Subvenção da *Generalitat Valenciana* para as sociedades musicais em 2011



Fonte: Fernandes (2019, p. 204).

As rubricas apontadas são definidas pelas próprias sociedades musicais e negociadas pela FSMCV junto ao poder público. As autoridades locais também colaboram financeiramente, ainda que esses apoios sejam irregulares, adaptando-se às dinâmicas das mudanças eleitorais, como acontece com as sociedades filarmônicas baianas. A iniciativa privada também foi acionada, desde 2014 um dos cinco maiores bancos espanhóis, o Bankia, mantém um programa anual de concessão de bolsas de estudos para alunos das escolas de música federadas de Valência.

Ao transpor a questão do apoio financeiro para as sociedades filarmônicas baianas, a imediata conclusão a que se poderia chegar é a discrepante realidade orçamentária entre os governos baiano e valenciano. A falta de recurso seria a resposta mais fácil para a ausência de apoio financeiro continuado para as filarmônicas baianas. Obviamente não se imagina na Bahia uma destinação orçamentária nas proporções vivenciadas pelas sociedades musicais valencianas.

Mas a ausência de recursos não é uma resposta plausível. E isso está evidenciado na disponibilidade orçamentária de R\$44,8 milhões, no período de 2010 a 2018, para o projeto de formação musical instrumental Neojibá. Valor esse que corresponde a mais de dez vezes o orçamento destinado às sociedades filarmônicas baianas no mesmo período, cerca de R\$4,3 milhões. Faltaria, então, às filarmônicas baianas a capacidade organizativa e profissional vislumbrada em Valência e também no caso do projeto Neojibá?

Seguramente, a resposta é sim, mas não é tão simples como parece. É preciso lembrar que tanto a FSMCV quanto o Programa Neojibá somente alcançaram uma estrutura organizativa profissional com recursos públicos. A própria Casa das Filarmônicas, mencionada no princípio deste artigo, é outro exemplo de que a disponibilidade de recursos públicos permite sim a contratação de profissionais e um funcionamento minimamente estruturado e eficiente. Portanto, o argumento da falta de capacidade organizativa das filarmônicas baianas soa como uma simplificação impiedosa da realidade dessas entidades e das possibilidades que lhes vêm sendo songadas nos últimos anos.

Por outra parte, é relevante mencionar que esse respaldo financeiro também encontra correspondência na valorização e inclusão das sociedades musicais valencianas em quase a totalidade dos atos festivos, religiosos e cívicos promovidos pelos poderes públicos. Seja por tradição, pelo apelo populacional, por reconhecimento do valor cultural e identitário ou pela negociação direta da federação. Na Bahia, as filarmônicas fazem parte dos festejos das pequenas e médias cidades do interior, mas em se tratando de grandes celebrações em âmbito estadual, sua presença está restrita ao 2 de Julho.

Reflexões finais

Observar a experiência vivida pelas sociedades musicais valencianas ajuda a refletir sobre os papéis e os lugares dessa construção. O fator educacional que possibilitou uma mobilização de recursos públicos em Valência poderia obter correspondente êxito na Bahia? O orçamento da área de educação é incomparavelmente superior ao da pasta da cultura em qualquer tempo ou governo, em Valência ou na Bahia, sobre isso não restam dúvidas. Mas de onde vem a sensibilização dos gestores públicos para a importância de oferecer a formação musical gratuita na totalidade dos territórios de identidade baianos como fazem as filarmônicas? A capacidade associativa e o reconhecimento público são caminhos para essa negociação e convencimento?

Uma confluência de agentes, fatores e interesses precisam atuar para que uma mudança se processe. A universidade e os produtores de conteúdos comunicacionais – tradicionais e novos – formam parte desse movimento. Não somente a Escola de Música, como já o faz em esforços personalizados pelos professores Joel Barbosa e Celso Benedito, pode colaborar para a reinvenção das filarmônicas da Bahia. Também existe um campo de atuação potencial nessas entidades para produtores culturais, gestores culturais e comunicólogos, por exemplo. E quanto aos historiadores, arquivologistas e pedagogos? Jornalistas e afins também poderiam aprofundar sua capacidade de contar histórias e suplantam o olhar trivial sobre sociedades filarmônicas.

Neste texto, buscamos alçar novas perspectivas e possibilidades sobre o contexto atual das sociedades filarmônicas baianas, na tentativa de romper uma lógica perversa que submete essas entidades a um lugar de anacronismo e inevitável aniquilamento. A mudança no rumo da história das filarmônicas baianas urge. Para onde e a que ritmo marcharão essas entidades é uma incógnita cuja resposta ainda deve ser construída por elas mesmas, as autoridades públicas e os cidadãos(as). A cidadania cultural é um direito de todos(as) e, como visto neste artigo, possível de ser exercido, desde que reconhecido e assumido como uma necessidade vital para a formação de sujeitos criativos, reflexivos, e livres e uma sociedade mais diversa e democrática.

Referências

BENEDITO, Celso José Rodrigues. *O mestre de filarmônica da Bahia: um educador musical*. 2011. Tese (Doutorado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural*. O direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FERNANDES DA SILVA, Taiane. *Política pública, política cultural e participação social: estudo de caso comparativo das sociedades filarmônicas na Bahia/Brasil e das sociedades musicais em Valencia/Espanha*. 2019. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007